

## Ministério da Economia

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



# RANKING NACIONAL DE DISPENSA DE ALVARÁS E LICENÇAS

Relatório de setembro de 2021

Publicado em 21 de outubro de 2021

Disponível em [gov.br/dispensa-de-alvaras-e-licencas](https://gov.br/dispensa-de-alvaras-e-licencas)

## **METODOLOGIA**

A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, denominada de Lei da Liberdade Econômica, em seu artigo 1º, §6º, determina o efeito da dispensa de quaisquer atos públicos para as atividades econômicas classificadas como baixo risco. Em acréscimo, a Lei da Liberdade Econômica, em seu artigo 3º, § 1º, inciso I, ainda define competência do Poder Executivo para a elaboração da classificação nacional de atividades de baixo risco, que deve ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica, independentemente da aderência do ente federativo à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

Neste sentido, o Poder Executivo, por meio das competências atribuídas ao Comitê para Gestão da Redesim (CGSIM) no artigo 3º, § 1º, inciso II, elaborou a Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, que define o que é o baixo risco e dispõe sobre a classificação nacional de atividades de baixo risco.

Vale salientar que a 13.874/2019 expressa no artigo 3º, §1º, inciso III, que na hipótese da existência de legislação estadual, distrital ou municipal sobre a classificação de atividades de baixo risco, cabe ao ente federativo que editar ou tiver editado norma específica encaminhar notificação ao Ministério da Economia sobre a edição da norma. Somente assim é possível a inserção da norma específica de baixo risco no sistema nacional de dispensa de alvarás e licenças.

Para fins de elaboração deste Ranking Nacional, foi considerado para apurar a quantidade de atividades econômicas dispensadas nos estados e municípios, a interseção das atividades dispensadas de alvarás e licenças pelos Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Meio Ambiente. É mister lembrar que na ausência de normativos em âmbito estadual, distrital ou municipal, valerá o que está disposto nacionalmente por meio da Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019.

A fim de tornar mais claro o que foi exposto, apresentamos um breve exemplo hipotético: caso apenas o Corpos de Bombeiros Estadual tenha enviado normativo de classificação de risco, as atividades dispensadas serão aquelas constantes na norma estadual de bombeiros e na classificação nacional para fins de segurança sanitária e ambiental, excluindo-se as atividades econômicas que não constam simultaneamente nas três normas.

Para a operacionalização das normas municipais, na ausência de envio de norma do município, prevalece a norma estadual encaminhada e aprovada pelo Ministério da Economia. Caso não haja norma estadual, aplica-se ao município a classificação nacional. Por exemplo: caso um município encaminhe somente norma para dispensa

para fins de segurança sanitária e não haja norma do respectivo estado, prevalecerá no sistema as atividades dispensadas pela norma municipal para fins de segurança sanitária constantes também na classificação nacional para fins de segurança ambiental e do Corpo de Bombeiros.

Sendo assim, com o objetivo de dar publicidade aos atos normativos vigentes em todo território nacional, apresentamos neste documento o Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças.



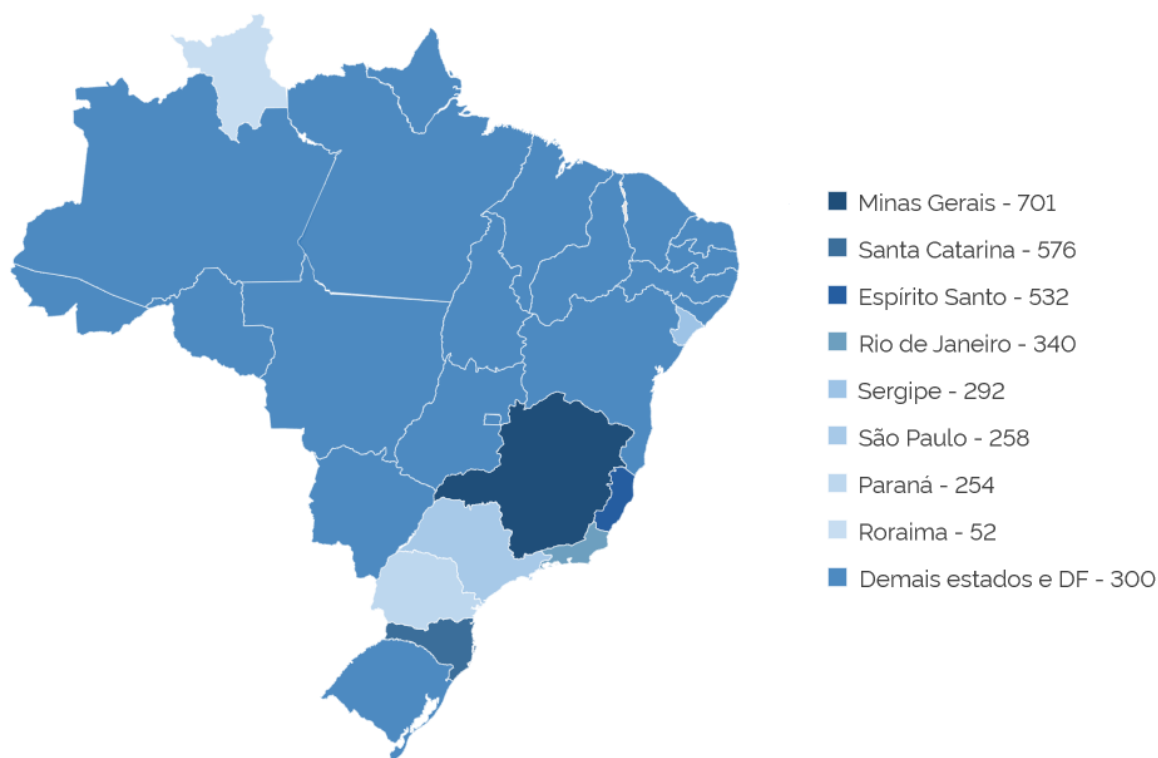
## **RANKING DE DISPENSA DE ALVARÁS E LICENÇAS DOS ESTADOS**

O ranking de dispensa de alvarás e licenças nos estados fornece indicadores relativos ao quantitativo de atividades econômicas dispensadas de alvarás e licenças nas unidades da federação, nos termos da Lei da Liberdade Econômica.

A ilustração abaixo apresenta a distribuição quantitativa de atividades econômicas dispensadas nos estados e Distrito Federal até o mês de setembro de 2021.

### **Destaque 1**

Distribuição do quantitativo de atividades econômicas dispensadas nos estados e Distrito Federal.



Destaca-se Minas Gerais como o estado com a maior quantidade de atividades econômicas dispensadas de alvarás e licenças, com 701 atividades dispensadas. Destacam-se ainda o estado de Santa Catarina, que dispensa 576 atividades econômicas, e o estado do Rio de Janeiro, com 340 atividades dispensadas. Os três estados possuem normas vigentes que dispensam mais atividades que a classificação nacional.

Por fim, no mês de setembro de 2021, o Espírito Santo encaminhou ao Ministério da Economia o Ofício JUCEES nº 65/2021, que amplia o rol de atividades econômicas dispensadas para fins de segurança sanitária. Dessa forma, considerando as demais normas do estado, o Espírito Santo passa a constar com 532 atividades econômicas dispensadas de alvarás e licenças, sendo a terceira unidade federativa com mais atividades dispensadas.

Adiante segue o ranking nacional de dispensa de alvarás e licenças dos estados e Distrito Federal até o mês de setembro de 2021:

### **Destaque 2**

Ranking nacional de dispensa de alvarás e licenças dos estados e Distrito Federal.

<b>ESTADO</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>Minas Gerais</b>	701
<b>Santa Catarina</b>	576
<b>Espírito Santo</b>	532
<b>Rio de Janeiro</b>	340
<b>Acre</b>	300
<b>Alagoas</b>	300
<b>Amapá</b>	300
<b>Amazonas</b>	300
<b>Bahia</b>	300
<b>Ceará</b>	300
<b>Distrito Federal</b>	300
<b>Goiás</b>	300
<b>Maranhão</b>	300
<b>Mato Grosso</b>	300
<b>Mato Grosso do Sul</b>	300
<b>Pará</b>	300
<b>Paraíba</b>	300
<b>Pernambuco</b>	300
<b>Piauí</b>	300
<b>Rio Grande do Norte</b>	300
<b>Rio Grande do Sul</b>	300
<b>Rondônia</b>	300
<b>Tocantins</b>	300
<b>Sergipe</b>	292
<b>São Paulo</b>	258
<b>Paraná</b>	254
<b>Roraima</b>	52

No outro extremo, os estados de Sergipe (292), São Paulo (258), Paraná (254) e Roraima (52) dispensam menos atividades econômicas em relação à classificação nacional. Para os demais estados prevalece a classificação disposta na Resolução CGSIM nº 51/2019.

## RANKING DOS MUNICÍPIOS

O ranking dos municípios também fornece indicadores relativos ao quantitativo de atividades econômicas dispensadas de alvarás e licenças nos respectivos municípios, nos termos da Lei da Liberdade Econômica. Conforme já mencionado na metodologia, aqui leva-se em consideração, além da norma nacional, a existência de norma estadual das unidades federativas dos respectivos municípios.

Até o final do mês de setembro, 103 municípios encaminharam normas específicas ao Ministério da Economia, tendo esses as normas aprovadas e inseridas no sistema nacional de dispensa de alvarás e licenças. São municípios de 19 estados diferentes e, dentre esses, 10 são capitais das unidades da federação. Outros municípios encaminharam manifestação ao Ministério da Economia ratificando adesão à classificação nacional ou à norma estadual de seus respectivos estados.

### Destaque 3

Cenário de dispensas de atividades econômicas nos municípios ao final do mês de setembro de 2021.

<b>103 municípios</b> enviaram norma específica	<b>19 estados com municípios</b> que encaminharem norma específica	<b>10 capitais</b> enviaram norma específica
---	--	--

Abaixo é apresentado ranking com os municípios que dispensam mais atividades econômicas que a classificação nacional<sup>1</sup>:

### Destaque 4

Ranking de municípios com mais atividades econômicas dispensadas no país.

Município	Quantidade de atividades econômicas dispensadas
<b>Pinhalzinho (SC)</b>	1.095
<b>Serrinha (BA)</b>	1.076
<b>Santo Antônio de Jesus (BA)</b>	847
<b>Venâncio Aires (RS)</b>	772
<b>Aracruz (ES)</b>	655
<b>Nova Venécia (ES)</b>	623
<b>Estância Velha (RS)</b>	605
<b>Campo Bom (RS)</b>	582
<b>Lagoa da Prata (MG)</b>	577
<b>Anchieta (ES)</b>	570

<sup>1</sup> No ranking de municípios com mais atividades econômicas dispensadas dos relatórios de maio a agosto de 2021 foram incluídos os municípios de Indaial (SC) e Lontras (SC). Porém, estes municípios apenas encaminharam notificação ao Ministério da Economia ratificando adesão à norma estadual de classificação de baixo risco. O ranking mencionado considera apenas os municípios com norma específica. Entretanto, é importante frisar que estes municípios, bem como os demais listados neste ranking, além dos municípios dos estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, dispensam mais atividades que classificação nacional de baixo risco.

<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>Marechal Floriano (ES)</b>	552
<b>Farroupilha (RS)</b>	547
<b>Fagundes Varela (RS)</b>	530
<b>Curitiba (PR)</b>	527
<b>Criciúma (SC)</b>	517
<b>Fundão (ES)</b>	514
<b>Governador Lindenberg (ES)</b>	514
<b>Itapemirim (ES)</b>	506
<b>Cachoeiro de Itapemirim (ES)</b>	497
<b>Boa Esperança (ES)</b>	491
<b>Iconha (ES)</b>	482
<b>Contenda (PR)</b>	478
<b>Ponta Grossa (PR)</b>	461
<b>São Marcos (RS)</b>	460
<b>Cascavel (PR)</b>	439
<b>Nova Petrópolis (RS)</b>	409
<b>Marechal Cândido Rondon (PR)</b>	393
<b>Pinhais (PR)</b>	391
<b>Manaus (AM)</b>	313

Na relação daqueles que dispensam mais atividades econômicas, destaca-se o município de Pinhalzinho, no estado de Santa Catarina. No mês de agosto de 2021, o município encaminhou ao Ministério da Economia o Decreto Municipal nº 326/2020, que regulamenta os procedimentos para concessão de alvará de licença no município. Com um rol de 1.095 atividades, o município agora consta na relação daqueles que mais dispensam atividades econômicas de alvarás e licenças no País. Os municípios de Serrinha (BA), Santo Antônio de Jesus (BA) e Venâncio Aires (RS) também se destacam, com mais de 700 atividades econômicas dispensadas.

No último levantamento também se destacam os municípios de Estância Velha (RS), Marechal Floriano (ES), Fundão (ES), Governador Lindenberg (ES), Pinhais (PR) e Itapemirim (ES), com encaminhamento de normas com quantidade de atividades econômicas que superam a classificação nacional. O município de Itapemirim, inclusive, ampliou seu rol, dispensando 506 atividades econômicas, 256 atividades a mais quando comparado com norma anterior.

No total são 29 municípios que dispensam mais atividades econômicas que a classificação nacional de baixo risco. Importante salientar que os municípios sem classificação própria dos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio

de Janeiro também dispensam mais atividades econômicas que a norma federal, já que estão sujeitos às suas respectivas normas estaduais.

Já no cenário das capitais destacam-se Curitiba e Manaus, que dispensam respectivamente 527 e 313 atividades econômicas. Florianópolis (576), Vitória (532) e Rio de Janeiro (340), devido a aplicação da norma estadual, também dispensam mais que a norma nacional.

Abaixo segue ranking com os municípios que dispensam menos atividades econômicas que a classificação nacional:

#### **Destaque 5**

Ranking de municípios com menos atividades econômicas dispensadas no país.

<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>Contagem (MG)</b>	17
<b>Votuporanga (SP)</b>	17
<b>Ribeirão das Neves (MG)</b>	28
<b>Rio Bananal (ES)</b>	29
<b>Dois Irmãos (RS)</b>	34
<b>Porto Velho (RO)</b>	40
<b>Maceió (AL)</b>	47
<b>Praia Grande (SP)</b>	48
<b>Tijucas do Sul (PR)</b>	52
<b>Ampére (PR)</b>	55
<b>Santa Teresa (ES)</b>	82
<b>Santana do Ipanema (AL)</b>	82
<b>Paragominas (PA)</b>	87
<b>Cruzeiro do Oeste (PR)</b>	100
<b>Juiz de Fora (MG)</b>	100
<b>Alegre (ES)</b>	123
<b>Salvador (BA)</b>	123
<b>Porto Ferreira (SP)</b>	131
<b>Recife (PE)</b>	143
<b>Rio Formoso (PE)</b>	143
<b>Teixeira Freitas (BA)</b>	153
<b>Itaquirai (MS)</b>	156
<b>Balsas (MA)</b>	165
<b>Montanha (ES)</b>	178
<b>Brumado (BA)</b>	187
<b>Itabirito (MG)</b>	187
<b>Loanda (PR)</b>	188
<b>Planaltina (GO)</b>	195



<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
Porteirinha (MG)	195
São Roque do Canaã (ES)	196
Ibiúna (SP)	204
Ipê (RS)	205
Feira de Santana (BA)	210
Marataízes (ES)	213
Artur Nogueira (SP)	216
Lauro Freitas (BA)	217
Senador Canedo (GO)	219
Montenegro (RS)	220
São Francisco de Paula (RS)	222
Venda Nova do Imigrante (ES)	223
Garopaba (SC)	225
Irecê (BA)	226
Cruz Alta (RS)	229
Simões Filho (BA)	230
Vitória da Conquista (BA)	231
Witmarsum (SC)	235
Nova Esperança (PR)	237
Araras (SP)	245
Cuiabá (MT)	245
Castelo (ES)	246
Campina Grande do Sul (PR)	247
Guanambi (BA)	248
Itapetinga (BA)	248
Pedra Branca do Amapari (AP)	249
Sorriso (MT)	251
Osório (RS)	256
Ibitirama (ES)	257
Belo Horizonte (MG)	257
Bela Vista (MS)	263
Ariquemes (RO)	263
Guarapari (ES)	267
Ponta Porã (MS)	270
Jaciara (MT)	271
Sooretama (ES)	278
João Neiva (ES)	281
Aquidauana (MS)	285
Figueirão (MS)	285
Nova Mamoré (RO)	285
Teresina (PI)	286

<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>Jardinópolis (SP)</b>	289
<b>Aracaju (SE)</b>	289
<b>Bonito (MS)</b>	289
<b>Foz do Iguaçu (PR)</b>	289
<b>Tavares (RS)</b>	291

Na relação daqueles que dispensam menos atividades econômicas, apresentam-se os municípios de Contagem (MG), Votuporanga (SP), Ribeirão das Neves (MG) e Rio Bananal (ES), que dispensam menos de 30 atividades econômicas das emissões de alvarás e licenças. No total são 74 municípios que dispensam menos atividades econômicas que a classificação nacional de baixo risco.

Entre as capitais, Porto Velho (40), Maceió (47), Salvador (123), Recife (143), Cuiabá (245), Belo Horizonte (257), Teresina (286) e Aracaju (289) dispensam menos atividades econômicas que a classificação nacional de baixo risco. Considerando ainda a aplicação da norma estadual, São Paulo (258) e Boa Vista (52) também dispensam menos que a norma nacional.

É importante ressaltar que, para os municípios que não constam na relação daqueles que dispensam mais ou menos atividades econômicas, prevalece a norma do estado do respectivo município. Na ausência de norma municipal e estadual, o município fica sujeito à norma federal. Por fim, as informações são referentes as normas inseridas no sistema nacional de dispensa de alvarás e licenças até o mês de setembro de 2021.

Abaixo segue ranking considerando somente as capitais dos estados e Distrito Federal, bem como a aplicação da norma federal ou estadual para aquelas sem classificação específica:

#### **Destaque 6**

Ranking de atividades dispensadas nas capitais.

<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>Florianópolis (SC)</b>	576
<b>Vitória (ES)</b>	532
<b>Curitiba (PR)</b>	527
<b>Rio de Janeiro (RJ)</b>	340
<b>Manaus (AM)</b>	313
<b>Rio Branco (AC)</b>	300
<b>Macapá (AP)</b>	300
<b>Fortaleza (CE)</b>	300

<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>Goiânia (GO)</b>	300
<b>São Luís (MA)</b>	300
<b>Campo Grande (MS)</b>	300
<b>Belém (PA)</b>	300
<b>João Pessoa (PB)</b>	300
<b>Natal (RN)</b>	300
<b>Porto Alegre (RS)</b>	300
<b>Palmas (TO)</b>	300
<b>Brasília (DF)</b>	300
<b>Aracaju (SE)</b>	289
<b>Teresina (PI)</b>	286
<b>São Paulo (SP)</b>	258
<b>Belo Horizonte (MG)</b>	257
<b>Cuiabá (MT)</b>	245
<b>Recife (PE)</b>	143
<b>Salvador (BA)</b>	123
<b>Boa Vista (RR)</b>	52
<b>Maceió (AL)</b>	47
<b>Porto Velho (RO)</b>	40